



PREFEITURA MUNICIPAL DE EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA

CNPJ 67.662.437/0001-61

FONE/FAX: (18)3283-1121 - Caixa Postal: 02 - E-mail: prefeitura@euclidesdacunha.sp.gov.br
Av.: Antonio Joaquim Mano, 02 - Centro CEP 19.275-000 Euclides da Cunha Paulista - SP

TERMO DE CONTRATO DE SONDAGEM DE SOLO NA ÁREA DE TRIAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS - ATERRO SANITÁRIO QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA E SOENVIL SOCIEDADE DE ENGENHARIA CIVIL LTDA

Termo de Contrato nº 27/2017

Referente ao Edital de Convite nº 06/2017

MUNICIPIO DE EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA, inscrito no CNPJ (MF) sob nº 67.662.437/0001-61, com sede na Avenida Antonio Joaquim Mano, 02, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, **CHRISTIAN FUZIKI IKEDA**, brasileiro, casado, Médico, portador da Cédula de Identidade RG: 27.178.977-3 /SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 152.144.678-42, residente e domiciliado a Rua Gilberto Luiz da Rocha, 1858, em Euclides da Cunha Paulista, estado de São Paulo e por outro lado a Empresa **SOENVIL SOCIEDADE DE ENGENHARIA CIVIL LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 44.858.777/0001-67, estabelecida na Av. Pres. Juscelino Kubistchek de Oliveira, nº 3789, Presidente Prudente/SP, doravante denominada "CONTRATADA", neste ato representada pelo Srº **PAULO VICENTE FAITA**, portador do documento de identidade RG n.º 10.554.910 e CPF n.º 847.515.688-68, credenciado em sua proposta, que fica apensa ao presente termo, fazendo parte integrante do processo acima citado.

As partes assim identificadas pactuam o presente contrato, cuja celebração reger-se-á pela Lei Federal 8.666/93, com a redação dada pela Lei Federal 8.883/94, tanto quanto pelas cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira:- DO OBJETO

1.1 - A contratada, por força do presente instrumento, obriga-se nos termos do edital e de sua proposta, devidamente apensos a este, fazendo parte integrante do presente instrumento, a executar para a contratante, mediante empreitada para **Sondagem de Solo na Área de Triagem de Resíduos Sólidos - Aterro Sanitário**, conforme planilha anexa ao processo.

Cláusula Segunda:- DO PRAZO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1 - A contratada se obriga a executar os serviços, objeto do presente, obedecendo rigorosamente às especificações constantes do Memorial Descritivo, normas da ABNT, bem como todas as prescrições dos projetos e de eventuais memoriais específicos, de acordo com as melhores técnicas e com pessoal capacitado, sem ônus adicional aos preços pactuados.

2.2 - A execução dos serviços deverá ter início imediato a partir da expedição da Ordem de Serviço.

2.2.1 As ordens de serviços serão expedidas conforme as necessidades da Administração.

2.3 - A contratada se obriga, antes do início da Obra, a providenciar a Aprovação dos Projetos junto aos Órgãos Competentes, bem como Matricular a Obra no INSS.

2.4 - A contratada deverá manter os Engenheiros da contratante, encarregados da fiscalização dos serviços, a par do andamento dos mesmos, prestando-lhes sempre que necessário, todas as informações solicitadas. Esta fiscalização em hipótese alguma eximirá a contratada das responsabilidades contratuais legais, bem como sobre danos materiais ou pessoais que forem causados ao contratante ou a terceiros, seja por atos ou omissões da empresa, de seu pessoal técnico ou prepostos.

2.5 - A contratada deverá alterar, corrigir e aperfeiçoar métodos de trabalho, sempre que solicitado, que não causem aumento de custo para a execução dos mesmos.

2.6 - A contratada obriga-se a manter, no canteiro de serviço, mão-de-obra em número e qualificação compatível com a natureza da obra e com seu cronograma, de modo a imprimir aos trabalhos o ritmo necessário ao cumprimento dos prazos contratuais.

2.7 - Somente serão aceitos pedidos de prorrogação de prazo de execução dos trabalhos, caso ocorram motivos de força maior, desde que devidamente comprovados pela contratada e aceitos pela contratante, facultada à Administração a rejeição dos pedidos desta natureza.

2.8 - O contrato poderá ser prorrogado a critério da Administração e havendo necessidade, nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93.

2.9 - O prazo de execução dos serviços será de 120 (cento e vinte) dias contados a partir da expedição da Ordem de Serviço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA

CNPJ 67.662.437/0001-61

FONE/FAX: (18)3283-1121 - Caixa Postal: 02 - E-mail: prefeitura@euclidesdacunha.sp.gov.br
Av.: Antonio Joaquim Mano, 02 - Centro CEP 19.275-000 Euclides da Cunha Paulista - SP

- 2.10 – A execução do presente contrato será feita pelos preços unitários constantes da planilha.
2.11 - É de total responsabilidade da Contratada a vigilância do canteiro de serviço, cabendo-lhe integral responsabilidade pela guarda da Obra e de seus materiais, equipamentos e patrimônio, até sua entrega à Contratante.
2.12 - A contratada deverá fornecer garantia de qualidade da obra, incluindo-se materiais utilizados na execução da mesma.
2.13 – Município pagará apenas por aqueles serviços efetivamente prestados e previamente autorizados por escrito.
2.14 – Este contrato terá vigência da data de assinatura até 31 (trinta e um) de Dezembro de 2017.

Cláusula Terceira:- DOS PREÇOS

- 3.1 – Os preços serão em conformidade com a proposta apresentada pela contratada através do CONVITE 06/2017.
3.2 - Dar-se-á ao presente CONTRATO o valor de R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais).
3.3 - O valor do presente contrato será irrevogável, conforme o art. 28 da Lei Federal nº 9.069/95.

Cláusula Quarta:- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 4.1 - Conforme consta na proposta apresentada pela contratada, o valor devido pela execução dos serviços, deverão ser pagos pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias do faturamento e medição dos serviços, devidamente atestados pelos setores competentes da contratante, mediante depósito bancário em conta a ser indicada pela contratada.
4.1.1 – As notas fiscais deverão vir acompanhadas da respectiva G.P.S. (Guia da Previdência Social), emitida em conformidade com a Ordem de Serviços INSS/DAF, n.º 209 de 20 de maio de 1999,
4.1.2 - A contratada é obrigada a apresentar, juntamente com o faturamento, o comprovante do recolhimento do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), referente ao mês imediatamente anterior à fatura em curso, relativo a todos os empregados da contratada.
4.1.3 - Fica cientificada a contratada de que no ato do pagamento, o Setor Municipal de Finanças, Setor de Tesouraria, fará a retenção de 11% (onze por cento) das faturas dos credores que se enquadrem na Ordem de Serviços INSS/DAF n.º 209 de 20 de maio de 1999, no que couber.
4.2 - As medições serão efetuadas no prazo de 30 (trinta) dias.
4.3 - Em nenhuma hipótese e em tempo algum poderá ser invocada qualquer dúvida quanto aos preços cotados, para modificação ou alteração dos preços propostos.
4.4 - Caso haja alguma modificação do objeto do contrato, ou alguma modificação necessária do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei 8.666/93, ficará a critério da Administração a alteração do contrato.
4.5 - O contrato poderá ser alterado por acordo das partes, no caso de ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, para restabelecer a relação que ambas fizeram inicialmente entre os encargos do contrato e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico – financeiro inicial do contrato.

Cláusula Quinta:- DA RESCISÃO

- 5.1 - O presente contrato poderá ser rescindido por ambas as partes, de pleno direito, independente de qualquer notificação ou interpelação judicial, ou extrajudicial, assim como, livre de qualquer ônus nos seguintes casos:
- a) Por dolo, culpa, simulação ou fraude na sua execução, ou nos serviços contratados;
 - b) Quando, pela reiteração de impugnação efetuadas pela contratante, ficar evidenciada a incapacidade da contratada de executar o contrato, ou dar continuidade ao mesmo;
 - c) No caso de falência, concordata, liquidação ou dissolução judicial ou extrajudicial da contratada, ou ainda caso ocorra alteração em sua estrutura social, que prejudique ou impossibilite a execução dos serviços contratados;
 - d) Nas demais hipóteses previstas em Lei.

Cláusula Sexta:- DAS PENALIDADES



PREFEITURA MUNICIPAL DE EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA

CNPJ 67.662.437/0001-61

FONE/FAX: (18)3283-1121 - Caixa Postal: 02 - E-mail: prefeitura@euclidesdacunha.sp.gov.br
Av.: Antonio Joaquim Mano, 02 - Centro CEP 19.275-000 Euclides da Cunha Paulista - SP

6.1 - Pelo inadimplemento de qualquer cláusula ou condição estipulada neste contrato, a contratada estará sujeita às penalidades, independente de qualquer interpelação judicial, conforme segue:

- a) Ocorrendo atraso nos prazos estabelecidos no cronograma, por período superior a 05 (cinco) dias úteis contados da notificação oficial, a empresa ficará sujeita à aplicação de pena de advertência;
- b) Após 05 (cinco) dias de atraso, será cobrada, cumulada com a pena de advertência, multa correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor da parcela do cronograma que estiver em atraso, que incidirá a partir do 1º dia, pelo período de 15 (quinze) dias úteis;
- c) No caso de reincidência do atraso mencionado nas alíneas anteriores, será aplicada multa de advertência, cumulada com aplicação de multa pecuniária diária, equivalente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor da parcela do cronograma que estiver em atraso, pelo período máximo de 15 (quinze) dias úteis contados da notificação oficial, após o que, dará ensejo à rescisão contratual;
- d) Ocorrendo abandono da obra, assim considerada a paralisação por período superior a 15 (quinze) dias úteis contados da notificação oficial, a empresa dará ensejo à rescisão contratual, e neste caso, será declarada suspensa de licitar e contratar com a Administração pelo período de até 02 (dois) anos, sem prejuízo da aplicação das penalidades anteriores;
- e) Em qualquer dos casos de descumprimento contratual, a empresa dará ensejo à rescisão contratual, a critério da Administração;
- f) Ocorrendo a rescisão contratual por culpa da contratada, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado do contrato, além da suspensão pelo prazo de 02 (dois) anos para licitar e contratar junto a contratante;
- g) Em todos os casos poderá incidir perdas e danos e honorários de advogado;
- h) Em qualquer dos casos em que houver rescisão contratual, se houver prejuízo ao erário público, a pena para o caso concreto poderá ser substituída por declaração de inidoneidade, cumulada com multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado do contrato.

6.2 - A aplicação de qualquer penalidade prevista neste edital não exclui a possibilidade de aplicação das demais.

6.3 - Precederá a aplicação das penalidades - devido processo administrativo, observado os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.4 - As multas serão, sempre que possível e independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, descontadas dos créditos da empresa contratada.

Cláusula sétima:- CONDIÇÕES GERAIS

7.1 - À contratada é vedado transferir para terceiros, total ou parcialmente os direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sob pena de rescisão.

7.2 - Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, são de responsabilidade exclusiva da contratada, obrigando-se a contratada a apresentar para a contratante, a qualquer tempo e através de requisição expressa, a relação do pessoal envolvido na execução da obra, assim como os documentos pertinentes à contratação e sua regularidade.

7.3 - As despesas com execução deste objeto ocorrerão por conta de verba própria, consignada no orçamento:

02.05 OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

02.05.05 VIAS E LOUGRADOUROS

Funcional: 154510012.2.02000 – Manutenção do departamento de obras

Categoria da Despesa: 3.3.90.39.00.0000 – outros serviços de terceiro pessoa jurídica

Despesa: 221

Fonte de recurso: 01

Cod. Aplicação: 110.0000

7.4 - A contratada tem a obrigação de corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço, respondendo pela sua solidez, durante 05 (cinco) anos, nos termos do Código Civil.

Cláusula oitava: - DO FORO



PREFEITURA MUNICIPAL DE EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA

CNPJ 67.662.437/0001-61

FONE/FAX: (18)3283-1121 - Caixa Postal: 02 - E-mail: prefeitura@euclidesdacunha.sp.gov.br
Av.: Antonio Joaquim Mano, 02 - Centro CEP 19.275-000 Euclides da Cunha Paulista - SP

8.1 - Fica eleito o foro da comarca de Teodoro Sampaio, Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, respondendo a parte vencida por todos os ônus decorrentes da demanda.

8.2 - E por estarem assim justas e de pleno acordo no que se refere aos termos do presente contrato, firmam o mesmo em 03 (três) vias de igual teor.

EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA, 11 de Maio de 2017.

MUNICIPIO DE EUCLIDES DA CUNHA PTA

Christian Fuziki Ikeda
Prefeito Municipal

SOENVIL SOCIEDADE DE ENGENHARIA CIVIL LTDA

Paulo Vicente Faita
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

- 1) Elias Braga
RG 40.016.313-5 SSP/SP
- 2) Avelino Pereira Lima Netto
RG: 18.052.724 SSP/SP